



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 311

Feito : Processo Nº 576/91-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

Assunto: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmados entre a SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS e as Firms A.J.C. da SILVA e Outros e respectivos ADITIVOS.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de números 78/90 e os Termos Aditivos 001 e 002/91; 98/90 e o Termo Aditivo 001/90; 100/90 e o Termo Aditivo 001/90; 101/90 e o Termo de Distrato - 105/90 e o Termo Aditivo 001/91, celebrados - entre a SETOP e as Empresas A.J.C. da SILVA, W.S. Construtora e Comércio Ltda., Continente Engenharia e Comércio Ltda. J.C.S. Freibe e Diamante - Construções Comércio e Representações Ltda. - considerados regulares, com ressalvas

Assinado prazo à origem, para regularizar as falhas e ou irregularidades.

Arquivamento do processo, após o registro dos instrumentos e averbados seus Aditivos

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo Nº 576/91**, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, para **considerar regular, com ressalvas**, os **Contratos** e seus respectivos Termos Aditivos, ora em análise, assinalado o prazo de trinta (30) dias, ao então Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Engenheiro Civil **RICARDO MEIRA ELUAN**, para, querendo, regularizar as falhas e ou irregularidades detectadas nos instrumentos, em questão e, consequentemente, após o seu cumprimento, archive-se o presente feito, com as cautelas de estilo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 11 de março de 1993.

Cons. **ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE**,  
Presidente do TCE/ACRE

Cons. **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA**,  
Relator

Fui presente:

**MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**,  
Procurador do Ministério Público Especial

TRIBUNAL DE CONTAS DE ESTADO DO ACRE

Este documento é público

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 5.993

de 23 / 03 / 93

*Anexo*

Secretaria do Plenário  
Edição 1ª de Freilas

Secretaria do Plenário

Cons. IZABARDO LOPES

Presidente do TCEAC

Cons. JOSÉ AUGUSTO ALVES

Relator

MAIO SÉRGIO

Procurador do Ministério Público



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 576/91

RELATOR : Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Contratos e Aditivos celebrados entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas e particulares.

RELATÓRIO:


Pela decisão unânime foi autorizada a inspeção, na sessão ordinária do dia 16 de maio de 1991, aos Contratos nºs 79/90, 105/90, 098/90, 100/90 e 101/90, e seus respectivos Termos Aditivos, ajustados entre a Secretaria de Transporte e Obras Públicas e particulares.

Analizou como Técnico deste Tribunal de Contas, o Sr. Manoel Correia Lima Neto que expressou em seu relatório a existência de diversas irregularidades:

- 1 - falta de licença da obra na Prefeitura Municipal;
- 2 - falta de comprovante de recolhimento do ISS das obras;
- 3 - falta de anotações de responsabilidade técnica da obra no CREA;
- 4 - e outras de ordem formal;
- 5 - falta de comprovante da matrícula da obra, DO INSS.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 11 de março de 1993.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE  
(PROCESSO: 576/91)

CONCLUSÃO E VOTO:

A responsabilidade por tributos incidentes sobre as atividades qualificadas nos contratos "in causa" é, em princípio, do contratado, pessoa física ou jurídica que executa, não cabendo à administração quaisquer ônus fiscais ou parafiscais.

Independentemente de qualquer cláusula contratual, fica obrigada a contratada, porque tais responsabilidades decorrem da lei e não do contrato.

É verdade que, além dos requisitos gerais de todo contrato, só podem ser celebrados com empresas ou profissionais regularmente registrados no CREA. O não atendimento das normas exigidas pela Lei 5.194/66 e demais Resoluções que tratam do assunto, tornam os contratos nulos de pleno direito.

Acreditamos, pelos relatórios técnicos, que os serviços foram realizados. "A execução do contrato nulo ou inexistente pode gerar obrigação de indenizar as obras, serviços ou fornecimentos feitos à Administração. Já, então, a causa do pagamento não é o contrato nulo ou inexistente, mas sim a vantagem auferida pela Administração com a prestação do particular alheio à falta administrativa". "A Administração é responsável pelos atos de seus representantes, ainda quando praticados com inobservância de normas administrativas". (TJSP, RDA 48/265).

É evidente que, se desse pagamento resultou prejuízo para o Erário Público, responderá o funcionário causador do dano, regressivamente, se tiver agido com culpa, pela inexistência ou nulidade do contrato.

Os demais itens arguidos como irregularidades, todos eles são de inteira responsabilidade da administração, que não agiu com seriedade no trato da coisa pública.

Esta Corte de Contas necessita de um mecanismo mais eficaz, no sentido de poder, antes do pretérito, solicitar à Assembléia ou às Câmaras Municipais a suspensão dos contratos onde evidenciam-se tais irregularidades.

Acórdão estadual o prejuízo teve como moti-



ra Eluan (Secretário de Transportes e Obras Públicas).

Diante do exposto, VOTO: considerando REGULAR COM RESSALVAS os contratos, que se abra prazo máximo de 30 (trinta) dias para que o Sr. Ricardo Meira Eluan, que -  
rendo, regulariza as falhas existentes nos contratos citados no relatório, cumpridas as formalidades exigidas. Pelo arquivamento.

É como voto.

Rio Branco-AC, 11 de março de 1993.

  
José Augusto Araújo de Faria  
Conselheiro Relator